

Totalitarismo e políticas afirmativas de permanência na educação superior

Totalitarianism and affirmative policies for retention in higher education

Bruno Gomes PEREIRA¹
Thiago Luiz SARTORI²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar em que medida a estrutura totalitarista da sociedade ocidental colabora para um falseamento de políticas afirmativas de gênero nas universidades. A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar da filosofia política em consonância com os estudos sobre gênero. A metodologia é um estudo de caso, tendo sido analisadas falas de pessoas transexuais e travestis que ingressaram no ensino superior por meio das cotas. A pesquisa revela pouca estratégia por parte da instituição em oportunizar situações de permanência dessas pessoas, caracterizando a universidade como espaço de violência transfóbica.

Palavras-chave: Cotas. Políticas Públicas. Violência Transfóbica.

Abstract

The objective of this article is to analyze to what extent the totalitarian structure of Western society contributes to a falsification of affirmative gender policies in universities. The theoretical foundation is housed in the interdisciplinary field of political philosophy in line with gender studies. The methodology is a case study, analyzing the statements of transsexuals and transvestites who entered higher education through quotas. The research reveals little strategy on the part of the institution to provide opportunities for these people to stay, characterizing the university as a space for transphobic violence.

Keywords: Quotas. Public Policies. Transphobic Violence.

Introdução

Muitas são as pesquisas que problematizam a questão da diversidade sexual e de gênero nos domínios sociais contemporâneos. Por isso, a referida temática parece se

¹ Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB). E-mail: bruno.pereira@ibirapuera.edu.br

² Doutor em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB). E-mail: tlsartori@hotmail.com

apresentar como um campo fértil para a discussão acadêmica em todos os âmbitos do saber humano, sobretudo nos campos das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

No entanto, este tema ainda parece ocupar um *status* de tabu, considerando ainda incomodar demasiadamente o comportamento humano. Por isso, firma-se como um assunto que merece destaque nas oportunidades de troca de sentidos científicos, partindo do princípio de que nos convida a pensar sobre vários aspectos totalitários presentes na sociedade ocidental, sendo os quais indicadores das contradições das organizações sociais (Adorno, 2019).

Entendemos os aspectos totalitários a partir dos estudos de Arendt (1972), os quais problematizam a estrutura social do ocidente a partir da relação entre fatores psíquicos, capitalistas e comportamentais.

Além disso, os estudos da autora pontuam a presença do medo e da opressão para transformar as pessoas em sujeitos descartáveis, podendo ser substituídos uns pelos outros. Isso porque a noção de totalitarismo anula a prática de reflexão do ser humano, submetendo-o a uma posição de submissão às organizações sociais fascistas³ (Duarte, 2001; Torres, 2007).

Logo, podemos dizer que a educação, em especial a superior, foco deste artigo, tem estado em crise. Na concepção de Arendt (1972), esta crise tem se instaurado, porque o homem do mundo moderno tem se firmado como um ser questionador e, por isso, tende a procurar sempre mais, não estando satisfeito com o que tem.

Quando pensamos na crise que a educação tem passado, mencionada pela autora, então, a entender que o processo de inclusão das pessoas transexuais e travestis encontra no elevado grau de medo e terror seu maior entrave. Isso porque, na sociedade ocidental, o Estado se torna refém desses potenciais totalitários (Adorno, 1995; Adorno, 2021).

Assim, o número de relatos que dão conta de situações de violência homo/transfóbicas apresentam significativo crescimento. Dentre tais relatos, esse tipo de violência em universidades do mundo todo está entre os mais recorrentes, o que nos faz pensar nas instituições de ensino superior como lugares caóticos e perigosos para aqueles

³ O Fascismo foi um regime político, de natureza ditatorial, liderado por Benito Mussolini, na Itália, tendo seu início nos primeiros anos da década de 1920. Assim como o Nazismo, liderado por Adolf Adolf Hitler, na Alemanha, o Fascismo silenciou e perseguiu minorias (Ricupero, 2022).

que, por algum motivo, não se enquadram aos padrões heteroformativos e cisgêneros (Butler, 2003).

Quando nos referimos às universidades como palcos de totalitarismo, automaticamente é possível considerar grandes entraves de implantação de Políticas Afirmativas (PA) capazes de inviabilizar uma permanência representativa de pessoas transexuais e travestis na educação superior. É necessário repensar aspectos voltados à estrutura social que, em grande parte, impregna as atitudes do homem enquanto sujeito que, de alguma maneira, alimenta as contraditoriedades do sistema (Adorno, 2019).

Em tempo, é pertinente definirmos o que estamos chamando de permanência. Trata-se de um termo utilizado para designar os mecanismos de relação interpessoal que a universidade deve desenvolver a partir do momento que permitiu o acesso deste público. Logo, para viabilizar a permanência dessas pessoas na universidade, é necessário garantir a elas a aplicação plena dos Direitos Humanos (Pereira; Sartori, 2023; Sartori; Pereira, 2023).

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar em que medida a estrutura totalitarista da sociedade ocidental colabora para um falseamento de PA de gênero nas universidades. Em outros termos, é preciso repensar aquilo que politicamente chamamos de PA no Brasil, considerando-as, pois, como uma perspectiva ideológica que acaba por falsear a noção de inclusão (Arendt, 1972; Horkheimer; Adorno, 2006).

Entendemos que, para avançarmos na discussão acerca da referida temática, é necessário problematizarmos o que Arendt (1972) chama de “estrutura psíquica do país”. Isso porque partimos do pressuposto de que o comportamento social é, na verdade, uma representação da maneira com a qual os padrões sociais são pensados e, historicamente, cristalizados.

Dessa forma, estamos entendendo a “estrutura psíquica do país” como o seu comportamento estrutural a partir da observação das suas emoções e valores. Logo, trata-se de um conjunto de preceitos alimentados durante o tempo que induz o jeito de pensar e agir das pessoas nos âmbitos sociais nos quais convivem (Arendt, 1972; Duarte, 2001; Torres, 2007).

Por isso, pensar em uma estrutura psíquica nos parece ser pertinente considerando, pois, a estrutura ideológica de uma sociedade ocidental. O sentido de “ideologia” que estamos mobilizando advém das colaborações de Arendt (1972) e Horkheimer e Adorno (2006), que a conceituam como um conjunto de ideias que colabora na implantação do

totalitário, ou seja, que manipula e falseia uma sociedade a partir de uma estrutura fascista de dominação e segregação.

A metodologia é um estudo de caso, analisado sob o ponto de vista da abordagem qualitativa. Entendemos que o estudo de caso, aliado a uma perspectiva qualitativa de tratamento do *corpus*, pode nos ajudar a perceber questões ideológicas que costumam estar associadas à construção dos dados de maneira velada (Severino, 2007).

Em suma, os resultados revelam a presença de uma ideologia totalitarista que, ainda velada, impede a implantação de PA voltadas à permanência de pessoas transexuais na universidade. Isso porque a predominância do medo e da polarização de gênero mostra-se latente.

Totalitarismo a partir da interface entre Filosofia Política e estudos de gênero

As discussões sobre gênero têm apresentado significativo aumento no campo dos estudos acadêmicos, sobretudo no que se refere ao escopo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Isso porque trata-se de uma temática de extrema relevância no mapeamento do comportamento humano, sendo, portanto, interdisciplinar por natureza. Estas pesquisas apontam diferentes perspectivas acerca dos estudos de gênero, considerando-o um fenômeno social que opera na interface entre o ser e o se perceber, sendo, com isso, uma questão de autoconhecimento (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

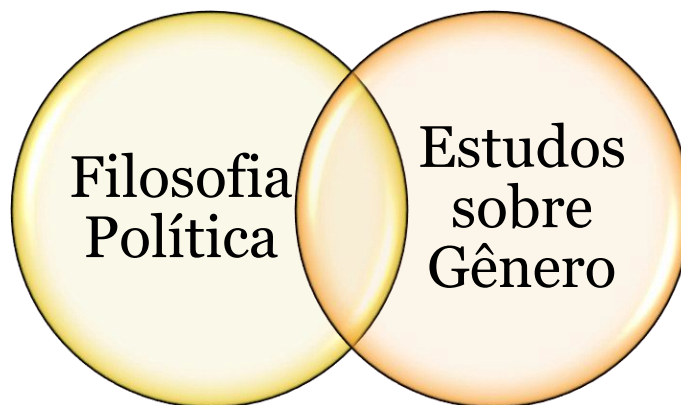
É pertinente considerarmos uma premissa: grande parte dos estudos sobre gênero considera a repressão historicamente marcada acerca desse assunto como reflexo de um totalitarismo já cristalizado nas bases sociais, especialmente da sociedade ocidental. Com isso, optamos pelo conceito do termo “totalitarismo” a partir das discussões da filosofia política, considerando-o, pois, um fenômeno social de raízes históricas. Em outras palavras, estamos entendendo-o como uma filosofia de base ditadora, que consiste no controle absoluto da massa, segregando tudo aquilo que, por algum motivo, não se enquadra nos padrões do dominador (Adorno, 1995; Adorno, 2019; Arendt, 1972).

As discussões acerca do gênero sempre evidenciam alguma projeção totalitarista em relação às pessoas que não se identificam com uma sociedade cisgênero e heteroformativa. Portanto, há uma resistência por parte de uma cultura segregadora, motivada pela ideologia totalitarista, que leva a excluir as pessoas transexuais, por

exemplo, do convívio com as pessoas ditas heterossexuais, coisificando-as por consequência (Tilly, 1994).

Abaixo, temos a Figura 1, que ilustra os movimentos teóricos propostos neste trabalho.

Figura 1: Relação entre Psicologia Crítica e Estudos de Gênero



Fonte: Elaboração própria

A Figura 1 é constituída por duas esferas que se comunicam a partir de zonas fronteiriças. Estas, por sua vez, sugerem momentos de confluência teórica, as quais nos interessam de perto neste trabalho. Isso porque entendemos que as discussões da literatura especializada devem nos ajudar também na ampliação dos conhecimentos mobilizados.

Da Filosofia Política nos interessamos mais de perto a respeito da relação entre teoria social e prática social, considerando-as como um fenômeno relacional que influencia o comportamento totalitário do homem. Para isso, entendemos que a educação é uma ferramenta de emancipação das angústias do ser humano, partindo do princípio de que a natureza crítica e reflexiva dos estudos colabora para uma postura do ser humano mais resistente às demandas totalitaristas que emergem de problemas sociais difundidos historicamente (Zambel; Lastória, 2016).

A Filosofia Política é um ramo dos estudos filosóficos que estuda a política como ferramenta das práticas sociais. Logo, a política permeia o sistema de organização social, manipulando todas as relações estabelecidas dentro desta organização (Adorno, 1995; Adorno, 2019; Arendt, 1972).

Dos estudos sobre gênero nos interessamos mais de perto pelas discussões a respeito do corpo como instrumento identitário. Em outras palavras, a ideia de que o corpo nem sempre traduz a maneira com a qual nos sentimos, compreendemos que este seja um

contraponto pertinente na fronteira entre o se sentir e o ser, o psicológico e o biológico (Butler, 2003).

Esta abordagem de gênero é constituída na fronteira entre o social e o político, partindo do princípio de que estamos inseridos em uma sociedade cisnormativa e que, em razão disso, é repleta de contradições entre o que se fala e o que se pratica (Butler, 2003; Viana, 2022).

Com o avanço das discussões sobre PA e estudos de gênero, temos um percurso já mais claro no que se refere à ideia de acesso e à ideia de permanência de pessoas transexuais e travestis no ensino superior por meio de cotas. Tais pesquisas dão conta de evidenciar que o acesso tem relação às medidas políticas que podem ser utilizadas para garantir que a pessoa transexual e travesti tenha condições de ingressar na educação superior, tal como as cotas, por exemplo. Já a permanência faz alusão às estratégias que devem ser desenvolvidas para garantir que estas pessoas tenham condições de conviver no meio universitário sem a chance de serem desrespeitadas ou agredidas. Logo, o acesso não leva, necessariamente, à permanência, tal como as PA procuram assegurar (Pereira; Sartori, 2023; Sartori; Pereira, 2023).

Neste contexto, torna-se pertinente esclarecer o sentido dado às PA que adotamos neste trabalho. Tratam-se, portanto, de um conjunto de PA que têm como propósito operar na defesa de minorias, tentando combater posturas e discursos de ódio e discriminações contra grupos sociais historicamente perifizados (Viana, 2022). Neste escopo, enquadram-se os transexuais, participantes desta investigação.

Portanto, focamos aqui nas PA de gênero, considerando o recorte metodológico que fazemos neste trabalho. Assim, pensar em questões de gênero, que possam operar no empoderamento das pessoas transexuais, é uma intenção latente no que se refere às PA. Isso porque são pessoas que apresentam um percurso histórico de perseguição e menosprezo no que compete à cultura machista e preconceituosa que impera as sociedades humanas, sobretudo a ocidental (Tilly, 1994).

Em outras palavras, as PA de gênero advogam pela minimização da ideologia totalitarista que marginaliza relações humanas tendo a figura das pessoas transexuais como símbolo de engajamento. Dessa forma, há uma resistência socialmente marcada que vai além do medo e da opressão. Trata-se de um movimento de perifização de um grupo a partir de estruturas cristalizadas que privilegiam o senso comum, algo bastante representativo na percepção fascista. Este raciocínio evidencia um comportamento

intolerante no que compete às pessoas que não se enquadram em padrões de uma sociedade ocidental (Torres, 2007).

Abaixo, apresentamos a Figura 2, que representa justamente o que estamos afirmando.

Figura 2: Marginalização, PA e Diversidade de Gênero



Fonte: Elaboração própria

A Figura 2 representa a ideologia do totalitarismo, compreendendo o papel das PA em relação ao distanciamento da diversidade de gênero nos domínios sociais. A imagem se constitui a partir de três partes, que se mostram como complementares, considerando a possibilidade de encaixe. No entanto, parece estar deslocada em relação às outras, optando pela apartação e não comunicação com as demais.

A parte cinza, em que se lê “marginalização de pessoas transexuais”, tem a figura das pessoas transexuais como representantes. O seu deslocamento representa, na prática, o sentimento de não pertencimento que estas pessoas apresentam em relação ao meio acadêmico. Isso porque a universidade tem se mostrado um meio violento, quando na realidade deveria ser um ambiente mais receptivo às diferenças.

Podemos perceber a ideologia totalitarista no que compete a uma estrutura social previamente existente, a qual dificulta a execução da universidade como aparelho social de inclusão. Há, com isso, a construção de um espaço violento em que impera sentimentos de repressão, como o pavor e o medo, consolidando-o como território fascista (Arendt, 1972; Duarte, 2001).

Ao marginalizar as pessoas transexuais, a diversidade de gênero passa a exercer o caráter potencializador das PA como se espera. Isso porque a realidade violenta acarreta uma minimização da possibilidade de relação, que encontra em um meio heteroformativo muitos entraves para uma boa relação (Pereira; Sartori, 2023; Sartori; Pereira, 2023).

Em síntese, as PA encontram no totalitarismo um grande entrave no que compete à permanência de pessoas transexuais no contexto universitário. Com isso, o número de casos de violência transfóbica tende a crescer e, assim, dificultar ainda mais as relações. Por isso, entender essas relações é extrapolar a barreira do que é visto a olho nu, pois a ideologia totalitarista falseia o que, de fato, seria uma inclusão social, criando, conseqüentemente, uma falsa ilusão de que as pessoas transexuais estão sendo efetivamente assistidas pelas PA, uma vez que os Direitos Humanos são constantemente afrontados.

Metodologia

A princípio, vamos elucidar a respeito da Filosofia de Pesquisa empregada neste trabalho. Trata-se da Fenomenologia, por acreditarmos que o percurso histórico-social é de suma importância para o entendimento dos dados e os valores discursivos que estes apresentam. O entendimento no que circunda o *corpus* é de grande valia para a compreensão do que foi dito pelo participante da pesquisa.

Entendemos a Fenomenologia como uma corrente do pensamento filosófico que se desenvolve a partir da ideia de relativização dos fenômenos sociais. Podemos dizer que se trata de uma concepção metodológica sensível à origem dos dados, considerando o *corpus* de investigação um resultado de um percurso maior, orientado pelas marcas históricas e as forças ideológicas do meio (Severino, 2007).

Entendemos que o olhar fenomenológico nos ajuda a compreender os dados desta pesquisa de maneira mais fidedigna, uma vez que a fala da pessoa transexual parece ser motivada por questões que extrapolam as barreiras da universidade. Em outras palavras, nos ajuda a entender a universidade como espaço social, que se ressignifica a partir dos olhares socialmente construídos pelo participante de pesquisa.

A pesquisa é de natureza documental, considerando que estamos analisando falas de pessoas transexuais que ingressaram em uma dada universidade pública por meio das cotas. Estas informações constituem o banco de dados de pesquisa do autor deste trabalho,

utilizado para composição do *corpus* utilizado para tratamento científico em sua tese de doutoramento.

Entendemos como “documento” este acervo que está sendo construído pelo autor deste trabalho, já que este tem propósito acadêmico-científico. Assim, o documento em questão revela desdobramentos discursivos e identitários dos participantes de pesquisa, documentando valores recortados de um determinado domínio geográfico e histórico (Severino, 2007).

Nesta pesquisa, fazer uso destes registros colabora para o engajamento do autor com a referida temática, ao estreitar sua relação com o próprio *corpus* utilizado por ele em pesquisas maiores. Com isso, há o esforço em manter contato com os dados, construindo sentidos díspares sobre as informações previamente coletadas.

Por fim, a abordagem de pesquisa deste trabalho é qualitativa, uma vez que os dados foram analisados sob uma perspectiva interpretivista. Com isso, foram extraídos sentidos construídos para além dos dados, sendo, portanto, sensível aos olhos de quem analisa o *corpus*.

Entendemos a abordagem qualitativa como uma perspectiva orientadora do tratamento dos dados de pesquisa. Para isso, quem analisa deve estar preparado para procurar sentidos implícitos, que têm sua gênese no contexto em que os dados foram coletados. Com isso, analisar sob a perspectiva qualitativa exige do pesquisador um olhar intersubjetivo das práticas humanas, sendo, portanto, discursivo (Bortoni-Ricardo, 2008).

Em síntese, a abordagem qualitativa é de suma importância neste trabalho, pois nos convida a pensar sobre diferentes fenômenos que costumam nossos posicionamentos em relação às práticas sociais de terceiros. Com isso, reforçamos a possibilidade de ir além do que está aparente nos dados.

No Quadro 1, é possível notar os critérios utilizados na categorização dos dados.

Quadro 1: Categorização dos dados

PRIMEIRO CASO	SEGUNDO CASO
Docentes que foram contra as medidas de permanência de pessoas transexuais na universidade.	Universidade como um espaço de difícil permanência, em razão da violência transfóbica.

Fonte: Elaboração própria

Em seguida, apresentamos o Quadro 2, em que é possível perceber os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa.

Quadro 2: Critérios de inclusão e exclusão

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Pessoas que se autodefinem como transexuais.	Pessoas que não se reconhecem como transexuais.
Pessoas transexuais devidamente matriculadas no ensino superior e assíduas nas aulas.	Pessoas que não se reconhecem transexuais e que não frequentam as aulas na universidade de maneira assídua.
Pessoas transexuais que ingressaram em um curso de graduação por meio de cotas para transexuais e travestis.	Pessoas transexuais que não utilizaram as cotas para ingressarem no ensino superior.

Fonte: Elaboração própria

Por fim, reforçamos a necessidade de adotarmos critérios para execução da pesquisa, considerando o rigor científico que mobilizamos neste trabalho. Com isso, partimos do princípio de que são recortes metodológicos, o que nos possibilita a outras leituras acerca do mesmo *corpus*, a depender do ângulo em que o pesquisador analisa.

Resultados e discussão

Os fragmentos que compõem esta seção constituem o *corpus* desta investigação, sendo, portanto, os dados submetidos ao tratamento científico. Tais fragmentos, por sua vez, foram retiradas da fala dos participantes de pesquisa, pessoas transexuais que ingressaram em uma universidade federal, localizada na região metropolitana de São Paulo, por intermédio das cotas. Os excertos são seguidos pelo código P1 e P2, para designar “participante 1” e “participante 2”, respectivamente.

No primeiro caso, há um desabafo no que se refere à resistência à implantação de PA que objetivam garantir o acesso das pessoas transexuais na universidade. É necessário refletir sobre isso, pois entendemos que a resistência às medidas políticas de afirmação da pessoa transexual é algo motivado pelos movimentos de suleamento que tem ocorrido nas unidades com frequência. Observemos o fragmento abaixo.

PRIMEIRO CASO
A gente tem professores na universidade que são contra essas medidas, foram contra essas medidas, quando elas foram implementadas. Temos que lutar pela ampliação e por uma legislação que garanta que esteja realmente implementada e expandida para todo o território nacional. (P1)

De acordo com o relato acima, há professores universitários que se opõem às medidas de permanência de pessoas transexuais no contexto universitário. As referidas medidas se referem ao fato de as pessoas transexuais serem chamadas pelo seu nome social, já que apresentam documentação em que esta informação consta legalmente.

Isso revela a universidade como espaço arcaico e obsoleto, já que a resistência à implantação dessas PA reflete a disjunção do ensino superior no que se refere ao que é assegurado pela lei. Questionar as orientações legais reflete a postura de um docente heteroformalista que, ao se recusar a chamar a pessoa transexual pelo seu nome social reverbera uma ideologia de suleamento, em que o pensamento colonial de subordinação parece influenciar diretamente nas suas ações (Pereira; Sartori, 2023; Sartori; Pereira, 2023).

É possível lembrar que a educação superior agrega pressupostos ligados à ideia libertadora da reflexão e do conhecimento crítico sobre as demandas de convivência em sociedade. Logo, por se tratar de um meio genuinamente reflexivo, é pertinente questionar o tipo de educação que estes docentes têm oferecido para com o seu acadêmico. Isso porque o ensino pautado unicamente no saber técnico-acadêmico parece não ser transformador suficientemente, o que o torna essencialmente tecnicista (Pereira; Sartori, 2023).

Do ponto de vista da Filosofia Política, a crise pela qual passa a educação é alimentada justamente por esta disparidade. Isso porque, entender a cultura de medo e terror encontrada nas universidades é, ao mesmo tempo, compreender a organização fascista que se instaurou. Assim, pensar o coletivo nesse caso coloca em jogo as lacunas deixadas pelo Estado, que ainda se mantém articulado a uma falsa ideia de inclusão (Adorno, 1995; Zambel; Lastória, 2016).

No segundo caso, há um desabafo no que se refere à violência que é possível perceber dentro das universidades quando nos referimos às discussões sobre gênero e diversidade sexual. É pertinente refletirmos sobre esse caso, partindo do pressuposto de que isso acentua a dificuldade de implantação de PA mais efetivas que consigam garantir a permanência de pessoas transexuais nas universidades. Observemos o fragmento abaixo.

SEGUNDO CASO

Dentro da instituição, você precisa de um respaldo, de uma política interna que te ajude a se manter, a sobreviver lá dentro. A conseguir se integrar com o que está acontecendo na universidade. Porque você simplesmente entrar, não é garantia de que você vai participar de nada. (P2)

De acordo com o relato acima, é necessária uma implantação de uma política de permanência, o que deve garantir a sobrevivência de uma pessoa transexual na universidade. Nesse mesmo sentido, o relato garante que o acesso não garante, necessariamente, a permanência deste público nos centros universitários.

A ideia de “sobrevivência” é algo que intriga bastante a análise do referido fragmento. Isso porque aponta para uma pessoa transexual que indica o seu desejo em permanecer naquele espaço, a sua vontade de concluir seu curso superior. No entanto, indica também a dificuldade que é em permanecer, já que a ideia de “permanência” está ligada à de “sobrevivência”. Esse jogo de palavras indica uma gama de maus tratos que as pessoas transexuais passam na universidade, às vezes físicos, às vezes psicológicos (Tilly, 1994; Viana, 2022).

Nesse sentido, é possível lembrar que a natureza transformadora da educação é algo que motiva o desejo de permanecer na universidade, ainda que seja em tom de “sobrevivência”. Portanto, o acesso mostra-se insuficiente para alcançar o desejo de se formar e, com isso, se lançar no mercado de trabalho. Com isso, há uma vontade que transcende as cotas de acesso e extrapolam a sensação de ver o seu nome na lista de aprovados do processo seletivo de ingresso. Com isso, o caráter questionador da educação passa a se manifestar, considerando a formação do indivíduo que mostra-se sempre em busca de melhoramentos para si e para a comunidade em que se está inserido (Duarte, 2001; Torres, 2007).

Para a Filosofia Política, é possível retomar à articulação entre educação e emancipação, considerando-a como alternativa para minimização das crises que a educação tem passado. Nesse caso, a emancipação a que fazemos referência fala do distanciamento do homem enquanto sujeito que converge com a natureza industrial que o capitalismo tem conferido à cultura. Isso porque problematizar a organização das estruturas sociais colabora para a superação das disjunções e incoerências do sistema a partir da busca por uma sociedade mais liberal, o que também ajuda a questionar a ideologia totalitarista dominante (Arendt, 1972; Duarte, 2001).

Em síntese, os dados revelam uma disparidade entre aquilo que a universidade se propõe e aquilo que, de fato, promove no que se refere às PA de gênero. Comprendemos também que muito dessa dissonância é motivada por uma cultura heteroformalista que incentiva o totalitarismo social.

Considerações finais

Primeiramente, retornemos ao objetivo proposto na Introdução deste trabalho, que diz: *analisar em que medida a estrutura totalitarista da sociedade ocidental colabora para um falseamento de PA de gênero nas universidades.*

Para contemplar o referido objetivo, levamos em consideração as discussões teóricas acerca do totalitarismo enquanto impulsionador da falsa ilusão de inclusão de pessoas transexuais na universidade. Além disso, por meio da análise dos dados, entendemos que esta resposta se expandiu, ao evidenciar a postura totalitarista de uma sociedade ocidental, bem como a ausência de PA que possam se firmar ainda que em meio a uma ideologia totalitarista, que manipula o Estado, levando-o a assumir uma postura omissa diante de problemas estruturais.

Assim, entendemos que a educação tem caráter transformador e, por isso, deve ser vista como uma ferramenta capaz de formar um cidadão questionador. Em outras palavras, a pessoa transexual, que tem seu ingresso na educação superior possibilitado, apresenta uma sensação lacônica, em razão de uma ideologia fascista que falseia sua permanência na universidade, gerando um sentimento de deslocamento e não pertencimento.

Referências

ADORNO, T. W. Observações sobre a personalidade autoritária. Introdução e Tradução de Virgínia Helena Ferreira da Costa. **Trans/Form/Ação**, v. 44, n. 02, Apr-Jun 2021.

ADORNO, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.119-138.

ARENDDT, H. **A crise na educação**. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, J. M. **Introdução**: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUARTE, A. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 24, p. 249-272, 2001.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, M. Elementos do Antissemitismo. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 139-171, 2006.

PEREIRA, B. G; SARTORI, T. L. Esse Nome não me Representa: Construção de valores líquidos em nomes sociais de acadêmicos cotistas. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 239, p. 50-59, 2023.

RICUPERO, B. Fascismo: Ontem e hoje. **Lua Nova**, São Paulo, v. 116, p. 27-36, 2022.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Políticas Públicas de Gênero no Contexto da Investigação Acadêmica: Questões sobre diversidade sexual em produções científicas. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 10, p. 123-134, 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.3, p.29-62, 1994.

TORRES, A. P. R. O Sentido da Política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007.

VIANA, C. P. et al. Transgender students' experience at college. **Acta Paul**, vol. 35, eAPE01966, 2022.

ZAMBEL, L.; LASTÓRIA, L. A. N. Educação e emancipação em T. W. Adorno: contribuições para a formação de professores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p. 2205-2218, 2016.